

CONSULTORIA TÉCNICA

CADERNO DE ENCARGOS



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSULTA PRÉVIA

PROCESSO N.º 037/FA/2024

JANEIRO DE 2025

FUNDO AMBIENTAL

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTORIA TÉCNICA

APROVADO

Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus
(Presidente do Conselho de Administração)

Zélia do Rosário do Vale Estêvão
(Vogal do Conselho de Administração)

FUNDO AMBIENTAL

Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.

ÍNDICE

Cláusula 1.ª Objeto.....	1
Cláusula 2.ª Contrato	1
Cláusula 3.ª Preço base	1
Cláusula 4.ª Requisitos de natureza social ou ambiental	2
Cláusula 5.ª Obrigações principais do prestador de serviços	2
Cláusula 6.ª Forma de prestação do serviço	3
Cláusula 7.ª Tarefas inerentes à prestação do serviço	3
Cláusula 8.ª Prazo de prestação do serviço	4
Cláusula 9.ª Acompanhamento e gestão da execução do contrato	4
Cláusula 10.ª Afetação de Trabalhadores	5
Cláusula 11.ª Legislação Laboral	5
Cláusula 12.ª Seguros de responsabilidade civil e outros	5
Cláusula 13.ª Objeto do dever de sigilo	6
Cláusula 14.ª Prazo do dever de sigilo	6
Cláusula 15.ª Preço contratual.....	6
Cláusula 16.ª Condições de pagamento.....	7
Cláusula 17.ª Penalidades contratuais	8
Cláusula 18.ª Força maior	8
Cláusula 19.ª Resolução por parte do contraente público	9
Cláusula 20.ª Resolução por parte do prestador de serviços	10
Cláusula 21.ª Seguros	10
Cláusula 22.ª Foro competente.....	10
Cláusula 23.ª Subcontratação e cessão da posição contratual	11
Cláusula 24.ª Comunicações e notificações	11
Cláusula 25.ª Proteção de Dados Pessoais.....	11
Cláusula 26.ª Contagem dos prazos	11
Cláusula 27.ª Consulta preliminar ao mercado.....	11
Cláusula 28.ª Legislação aplicável	12

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de consulta prévia que tem por objeto principal a aquisição de serviços de Consultoria Técnica, que proponha, planifique e assegure um planeamento e gestão da recuperação dos danos causados pelos incêndios nas áreas intervencionadas, em conformidade com o previsto no Caderno de Encargos e respetivos anexos.

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços;
 - f) Todos os documentos que sejam referidos no contrato ou no Caderno de Encargos.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo prestador de serviços nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Preço base

O preço máximo a pagar por todas as prestações constantes no presente Caderno de Encargos será inferior a 52.000,00 € (cinquenta e dois mil euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4.^a

Requisitos de natureza social ou ambiental

Dado que a presente aquisição de serviços não comporta riscos significativos de natureza social ou ambiental, não são exigidos requisitos específicos.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, constituem obrigações principais para o prestador de serviços a prestação de consultoria técnica, nomeadamente:
 - a) Desenvolver os serviços de consultoria técnica no âmbito das áreas afetadas pelos incêndios;
 - b) Proceder ao levantamento geral das necessidades para a recuperação das áreas afetadas;
 - c) Facultar apoio técnico durante toda a fase dos procedimentos de contratação necessários;
 - d) Acompanhar a execução e gestão dos contratos celebrados ao abrigo do planeamento a efetuar;
 - e) Elaborar propostas de melhoria nos serviços objeto do contrato;
 - f) Realizar todas as obrigações acessórias inerentes às tarefas a desenvolver.
- 2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados

à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.^a

Forma de prestação do serviço

Com a finalidade de garantir o correto cumprimento das suas obrigações e o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com a periodicidade que a entidade adjudicante entender necessária, reuniões de coordenação com o gestor do contrato designado pela entidade adjudicante ou qualquer dos seus representantes.

Cláusula 7.^a

Tarefas inerentes à prestação do serviço

- 1 - Nos termos do Artigo 49.º do CCP, o prestador de serviços obriga-se a cumprir as especificações técnicas seguintes, sem prejuízo de outras obrigações legais ou contratuais, na execução das seguintes tarefas que integram a prestação de serviços.
- a) Facultar apoio técnico necessário durante todo o período do contrato;
 - b) Propor medidas de melhoria passíveis de implementação nas atividades objeto do contrato;
 - c) Pronuncia sobre os assuntos encaminhados para apreciação;
 - d) Desenvolvimento de trabalhos associados à consultoria técnica, de acordo com o previsto no presente Caderno de Encargos;
 - e) Garantir a alocação do tempo necessário para o cabal cumprimento dos trabalhos e tarefas inerentes à prestação dos serviços, de acordo com o disposto no presente Caderno de Encargos;
 - f) Participar em reuniões de acompanhamento, com qualquer entidade relacionada com o âmbito do contrato, sempre que convocado para o efeito;
 - g) Participação em reuniões de trabalho com a Entidade Adjudicante e com entidades terceiras;
 - h) O prestador de serviços deve adotar as melhores práticas de proteção ambiental, nomeadamente, promovendo uma gestão eco-eficiente, de forma a minimizar o impacto ambiental das tarefas inerentes à prestação dos serviços e proceder a uma utilização responsável dos recursos disponibilizados pela entidade adjudicante;

- i) O prestador de serviços deve minimizar os consumos de água e de energia, bem como a produção de resíduos e cumprir a legislação e outros requisitos relacionados com os aspetos ambientais.
 - j) Realizar todas as obrigações acessórias inerentes ao trabalho a desenvolver.
- 2 - Os relatórios, pareceres, documentos ou estudos em que colabore ou de que o prestador de serviços seja autor no âmbito do cumprimento do presente contrato, serão da propriedade da EDM.
- 3 - O prestador de serviços obriga-se a não publicar o conteúdo total ou parcial dos referidos relatórios, pareceres, estudos ou documentos de qualquer natureza, nem a dar-lhe qualquer difusão no que respeita a terceiros sem autorização prévia da Entidade Adjudicante,
- 4 - A entidade adjudicante obriga-se, da mesma forma, a cumprir as restrições do conteúdo de documentos da autoria do prestador de serviços, quando por este lhe seja indicada, desde que devidamente fundamentado.
- 5 - Em tudo o que estiver omissa no presente caderno de encargos que respeite às especificações técnicas deverão ser cumpridas as normas oficiais em vigor, ou equivalentes.

Cláusula 8.^a

Prazo de prestação do serviço

- 1 - O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução dos serviços com todos os elementos referidos no presente Caderno de Encargos num prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, cujo prazo se inicia na data da celebração do contrato, sem prejuízo da obrigação de realização das tarefas que perdurem para além deste prazo.
- 2 - A presente prestação de serviços poderá terminar em prazo inferior ao previsto no número anterior, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação, seja a que título for.
- 3 - O prazo previsto no n.º 1 pode ser prorrogado por iniciativa da entidade adjudicante desde que devidamente fundamentado.

Cláusula 9.^a

Acompanhamento e gestão da execução do contrato

O prestador de serviços é o único interlocutor com o gestor do contrato a designar no contrato pela EDM, que se obriga a estar equipado com os meios de contacto imediato no início da

prestação de serviços com as seguintes obrigações:

- a) Receber e prestar todas as informações que lhe sejam remetidas ou solicitadas no âmbito da execução do contrato;
- b) Apresentar-se em todas as reuniões de acompanhamento do contrato para as quais seja convocado.

Cláusula 10.^a

Afetação de Trabalhadores

- 1 - O prestador de serviços obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP, relativamente aos trabalhadores afetos à prestação dos serviços, que devem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo, salvo nos casos previstos no n.º 3 e 4 do citado artigo.
- 2 - A violação do disposto na presente cláusula constitui contraordenação muito grave, nos termos previstos no artigo 456.º do CCP.

Cláusula 11.^a

Legislação Laboral

O prestador de serviços deverá respeitar toda a legislação em vigor, na parte que lhe for aplicável, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e higiene no trabalho e responsabilidade por acidentes de trabalho, sendo único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais.

Cláusula 12.^a

Seguros de responsabilidade civil e outros

- 1 - É da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.
- 2 - É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em resultado de atos, omissões ou negligência por ele cometidos.
- 3 - O adjudicatário deve acautelar a celebração de contrato de seguro de responsabilidade

civil para os técnicos abrangidos pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, de acordo com o artigo 24.º, e demais legislação em vigor à data da celebração do contrato.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 13.ª

Objeto do dever de sigilo

- 1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes, caso em que a entidade adjudicatária deverá solicitar o acordo prévio da entidade adjudicante.

Cláusula 14.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da entidade adjudicante

Cláusula 15.ª

Preço contratual

- 1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais

obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

- 2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos e encargos, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos e despesas de transporte, com exclusão das custas processuais.
- 3 - O pagamento das despesas relativas às custas processuais será efetuado mediante remessa do respetivo documento único de cobrança para o gestor do contrato.
- 4 - A entidade adjudicante apenas pagará o trabalho efetivamente prestado, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação, seja a que título for, caso não seja executada a totalidade dos trabalhos previstos no presente caderno de encargos, a sua execução seja realizada em prazo inferior ao previsto ou por extinção do contrato, nos termos previstos no presente caderno de encargos ou na legislação em vigor.

Cláusula 16.^a

Condições de pagamento

- 1 - As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas após a receção pela entidade adjudicante da fatura que lhe respeite, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 - Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 3 - O prestador de serviços deverá emitir faturas eletrónicas conforme disposto no artigo 299.º-B do CCP, que devem discriminar o número de procedimento e designação do contrato a que se reportam, sob pena da sua não aceitação.
- 4 - O prestador de serviços deverá cumprir a legislação em vigor relativa à faturação eletrónica em procedimentos aquisitivos de contratação pública, nomeadamente, entre outras, o disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro, que regula as obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, e o Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, na versão em vigor que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.

- 5 - As faturas eletrônicas deverão ser compatíveis com o sistema de faturação eletrônica implementado pela EDM, através de Intercâmbio Eletrônico de Dados (E.D.I. – *Electronic Data Interchange*).
- 6 - A fatura será paga através de transferência bancária, para o IBAN indicado em documento bancário, apresentado pelo prestador de serviços o qual deverá ser atualizado sempre que necessário.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 17.^a

Penalidades contratuais

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 2 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 3 - A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 4 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18.^a

Força maior

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens,

greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19.^a

Resolução por parte do contraente público

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, emergentes do contrato, podendo, ainda, exigir o ressarcimento de todos os prejuízos causados.
- 2 - O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços, para o endereço de correio eletrónico do interlocutor único ou gestor do contrato do

adjudicatário, ou para o endereço de correio eletrónico a facultar pelo adjudicatário para os efeitos do disposto na Cláusula 10.^a do presente caderno de encargos ou por carta registada com aviso de receção, com a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.

Cláusula 20.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido e esteja em dívida há mais de 120 (cento e vinte) dias ou quando o montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros.
- 2 - O direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

CAPÍTULO IV

SEGUROS

Cláusula 21.^a

Seguros

- 1 - É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contrato de seguro, de todos os riscos inerentes à prestação dos serviços.
- 2 - A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO V

RESOLUÇÃO DE LITIGIOS

Cláusula 22.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 23.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 24.^a

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 25.^a

Proteção de Dados Pessoais

O prestador de serviços obriga-se a cumprir os deveres previstos no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (RGPD) e demais legislação relativa à proteção de dados pessoais, através da implementação e execução de medidas técnicas e organizativas que se destinem a garantir os direitos dos titulares dos dados pessoais cujo tratamento realize ou cujos dados sejam do seu conhecimento no âmbito do presente contrato.

Cláusula 26.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 27.^a

Consulta preliminar ao mercado

- 1 - Foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base, nos termos previstos no artigo 35.º-A do CCP.

- 2 - As informações obtidas foram vertidas nas peças do procedimento e foi com base naquelas que se obteve o preço base constante da Cláusula 3ª, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.
- 3 - Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, poderá ser consultada nas instalações da entidade adjudicante após o termo do prazo de apresentação das propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados por parte do interessado.

Cláusula 28.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não estiver previsto no presente Caderno de Encargos, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.